ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

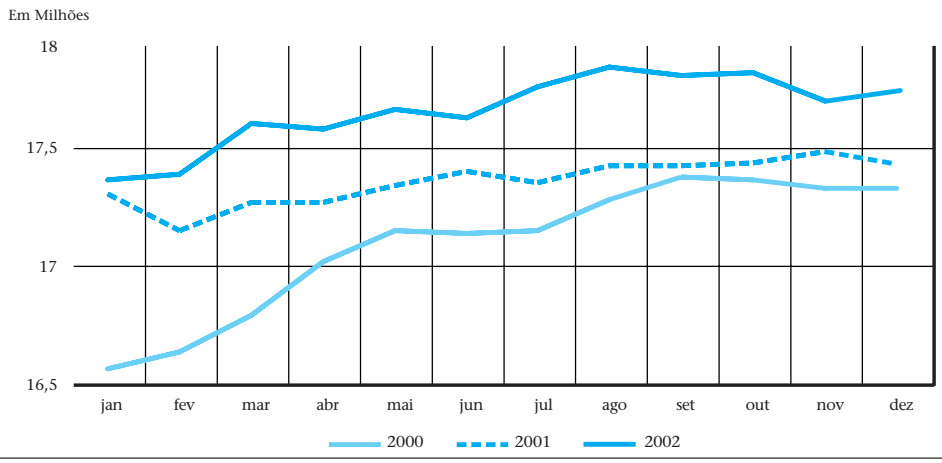
Mercado de trabalho

O comportamento do mercado de trabalho metropolitano em 2002 apresentou, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, alguns resultados cuja interpretação não é de maneira alguma trivial.

De fato, o nível de ocupação médio teve um aumento de 1,7%, desempenho bastante superior às expectativas permitidas por um cenário macroeconômico que, ao longo do ano, caracterizou-se pela instabilidade e pelas incertezas quanto ao futuro imediato. Assim, considerando-se o crescimento do PIB, da ordem de 1,5%, essa variação apresentada pelo nível de ocupação estaria expressando uma "elasticidade" emprego/produto superior à unidade, situação parecida com a que já havia ocorrido em 2000. Naquele ano, a retomada do crescimento e o clima de otimismo quanto à solidez dos fundamentos da economia, após a desvalorização do real e a mudança do regime cambial, levaram a uma explosão da demanda por trabalho, que apresentou um aumento de 4,2% relativamente ao ano anterior. No entanto, deve-se ressaltar que esse crescimento extraordinário da ocupação em 2000 ocorreu após três anos de estagnação, o que poderia sinalizar a existência de uma demanda potencial reprimida. Já em 2002, contudo, o crescimento verificado não esteve associado a expectativas favoráveis por parte dos agentes econômicos, muito pelo contrário, e, mesmo levando-se em conta o fraco desempenho de 2001, não se deu após uma prolongada recessão do mercado de trabalho.

Dessa forma, uma hipótese a ser considerada, na mesma linha de algumas observações feitas em números anteriores deste boletim, seria a de que o mercado de trabalho brasileiro estaria tendo um novo padrão de comportamento, talvez em decorrência de um possível encerramento do ciclo de reestruturação produtiva dos anos 1990.

GRÁFICO 1
BRASIL METROPOLITANO - NÍVEL DE OCUPAÇÃO (PME/IBGE) — 2000-2002



Em termos setoriais, e de forma sintomática, dadas as incertezas do cenário macroeconômico, o crescimento da ocupação foi maior no setor de serviços, com uma variação de 3,7% sobre o nível observado em 2001. Também o comércio teve um desempenho superior à média setorial, com 2% de trabalhadores a mais que no ano anterior. Já a ocupação na indústria de transformação ficou praticamente no mesmo patamar (+ 0,1%). O destaque negativo foi a construção civil, com uma queda de 7,1%.

Considerando o corte geográfico, a região metropolitana que teve o melhor desempenho foi o Rio de Janeiro, com 3,4% de crescimento, seguida de Recife e Belo Horizonte, com 2,7% e 2,3%, respectivamente. A região metropolitana de São Paulo, refletindo o maior peso que a indústria de transformação possui na sua economia, teve um desempenho tímido, tendo crescido apenas 0,6%. Como essa região responde por quase metade do volume da ocupação do conjunto coberto pela PME[1] (44% na média de 2002), sua evolução contribuiu decisivamente para a redução do resultado médio.

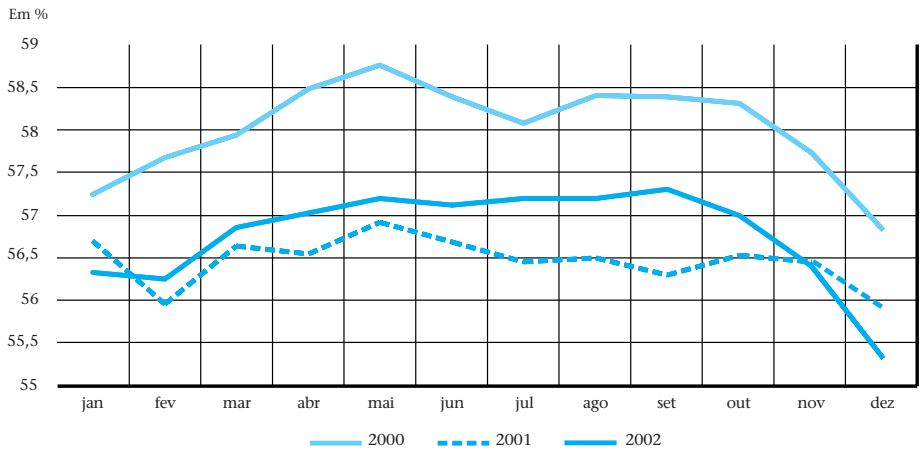
Embora a trajetória da ocupação possa ser avaliada como positiva, considerando-se o panorama macroeconômico que caracterizou o ano de 2002, o crescimento de 1,7% ficou aquém da variação da população em idade ativa (PIA), que em 2002 foi da ordem de 2,2% nas regiões da pesquisa. Assim, para que o menor dinamismo relativo da demanda por trabalho não impactasse negativamente a taxa de desemprego, seria necessário que a taxa de participação sofresse um recuo capaz de compensar a diferença verificada entre o crescimento do nível de ocupação e a pressão demográfica, expressa no maior crescimento da PIA.

Contudo, o aumento de um ponto percentual efetivamente verificado na taxa de desemprego média anual — passou de 6,2% para 7,2% — mostra que não foi isso o que aconteceu. Com efeito, em 2002 a taxa de participação, além de não ter cedido, relativamente ao nível em que se encontrava no ano anterior, teve um ligeiro acréscimo, passando de 56,4% para 56,7% em termos médios anuais. Isso contribuiu para que 100 mil pessoas ingressassem no contingente de desempregados, além daquelas (cerca de 120 mil) que o insuficiente crescimento da demanda por mão-de-obra, *vis-à-vis* a pressão demográfica, por si só provocaria. Dessa maneira o número de desempregados aumentou em 220 mil pessoas, o que significa um acréscimo de mais de 19% sobre o volume de desocupação ocorrido em 2001.

Os números da demanda e oferta de mão-de-obra verificados em 2002 são uma das combinações possíveis que a dinâmica do mercado de trabalho pode apresentar. Geralmente acontece de a taxa de participação

1. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE aqui trabalhada cobre as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

GRÁFICO 2
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE PARTICIPAÇÃO (PME/IBGE) — 2000-2002



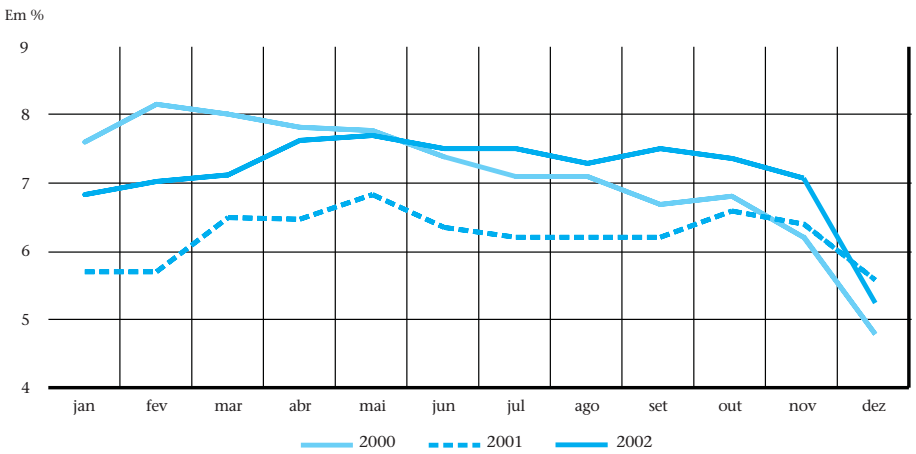
exibir um comportamento pró-cíclico, relativamente à demanda por mão-de-obra, o que a torna um elemento amortecedor dos movimentos da taxa de desemprego. A situação observada em 2002 não se caracterizou por nenhuma definição mais nítida, seja em termos de estagnação do mercado de trabalho (o que tenderia a provocar uma queda da taxa de participação), seja na direção contrária, em termos de um maior vigor da demanda. O que acabou prevalecendo foi um movimento no sentido de uma participação ligeiramente maior, acompanhando de certa forma a própria intensidade moderada que caracterizou o crescimento verificado na demanda.

Apesar da popularidade adquirida pela taxa de desemprego aberta como indicador do mercado de trabalho, uma avaliação mais consistente da sua situação precisa considerar, junto com a citada taxa de desemprego, os indicadores que demonstram as interações da oferta e da demanda de trabalho. Nesse sentido, um destaque especial deve ser conferido à taxa de participação, que indica a variação da oferta de trabalho considerada no contexto de um dado crescimento demográfico. Considerar apenas a taxa de desemprego pode ocasionar políticas públicas equivocadas. Pode gerar, por exemplo, uma complacência com um estado de coisas indesejável, quando um recuo da taxa de participação segura o crescimento da taxa de desemprego, impedindo que esta sinalize adequadamente a existência de problemas ou, inversamente, quando a demora de resultados positivos na taxa de desemprego é atribuída a uma política incompetente em termos de geração de novos postos de trabalho.

O Gráfico 4, com os valores da taxa de participação no eixo dos X e da taxa de desemprego no eixo dos Y, permite que se tenha uma visão da trajetória conjunta dessas duas variáveis nos últimos 13 anos, a partir de 1990. Dividindo a sua área em quatro partes, pode-se ver que a maioria dos pontos está situada nos quadrantes B e D, sendo nítido o deslocamento, ao longo do tempo, do quadrante D para o quadrante B. Esse deslocamento expressa dois fenômenos: uma queda persistente na taxa de participação e a mudança do patamar da taxa de desemprego, mudança esta que se cristalizou a partir de 1998.

A queda persistente da taxa de participação engloba dois processos que, embora possuam algum grau de interligação, podem ser pensados separadamente. O primeiro deles diz respeito àquilo que seria um componente estrutural de mudança, associado a alterações na composição etária da força de trabalho, com a diminuição da participação dos jovens em função de uma opção sua em retardar o ingresso no mercado, em troca, entre outras alternativas, de maior tempo de dedicação exclusiva aos estudos. De fato, praticamente todo o decréscimo observado na taxa de participação desde 1990 pode ser atribuído às faixas etárias de 15 a 17 e de 18 a 24 anos, uma vez que as faixas entre 25 e

GRÁFICO 3
BRASIL METROPOLITANO - TAXA DE DESEMPREGO (PME/IBGE) — 2000-2002



59 anos apresentaram aumento de participação e as acima de 60 anos são numericamente pouco significativas (ver as Tabelas A.1.4 e A.1.9 no Anexo Estatístico).

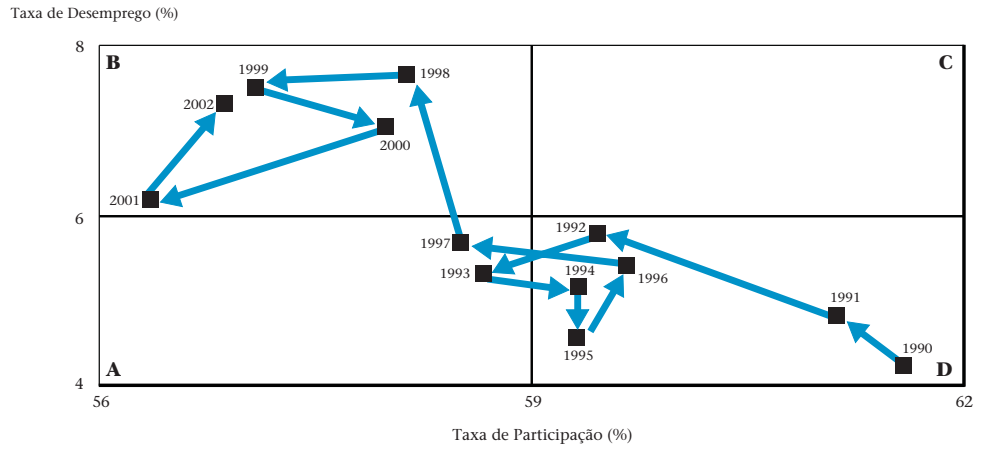
O segundo processo, de natureza mais conjuntural, conforme discussão feita anteriormente, é aquele que associa a diminuição da taxa de participação à debilidade exibida pela demanda por trabalho, uma característica marcante de vários anos do período considerado. Contudo, na medida em que a demanda não é de molde a atender a oferta potencial de trabalho, essa falta de alternativa faz crescer, principalmente entre os jovens, a opção por manter-se à margem do mercado e buscar maior qualificação, enquanto for possível, interligando-se assim os dois processos.

Analisando-se o Gráfico 4, contando também com algumas informações adicionais, relativas ao desempenho da economia e à evolução do nível de ocupação, pode-se ver como até 1993, os anos da recessão do período Collor e o começo da recuperação econômica com o Governo Itamar, a queda acentuada da taxa de participação segurou a explosão da taxa de desemprego. Para se ter uma idéia desse impacto basta aplicar a taxa de participação vigente em 1991 aos dados da PEA de 1993: em vez dos 5,3% realmente observados, a taxa de desemprego saltaria para 10,1%! Nos três anos seguintes, caracterizados pela retomada do crescimento e aumento da demanda por mão-de-obra, a taxa de participação se recupera e a taxa de desemprego cai, mas o faz de forma muito atenuada, em razão do comportamento pró-cíclico da oferta.

Em 1997 inicia-se o processo de deterioração do mercado de trabalho, com a demanda ficando praticamente estagnada, embora a queda da taxa de participação que acompanha essa estagnação segure mais uma vez um maior crescimento da taxa de desemprego. Já em 1998, como a queda da taxa de participação foi muito pequena, praticamente todo o crescimento demográfico (PIA), verificado ao longo do ano, bateu às portas do mercado de trabalho, provocando o grande salto de dois pontos percentuais da taxa de desemprego, o que faz com que, em termos do Gráfico 4, se passe a operar decididamente no quadrante B, caracterizado por elevadas taxas de desemprego, em um contexto de baixas taxas de participação. Em 1999, o nível médio de ocupação ao longo do ano permaneceu praticamente igual ao de 1988, mas uma expressiva queda adicional da taxa de participação evitou que um novo patamar de aumento da taxa de desemprego viesse a ser atingido.

Ao inaugurar-se uma nova fase do mercado de trabalho em 2000, com o crescimento já mencionado de cerca de 4,2% da demanda por mão-de-obra, a recuperação da taxa de participação impede que a diminuição da taxa de desemprego corresponda ao ritmo apresentado pela evolução do nível de ocu-

GRÁFICO 4
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DESEMPREGO



pação. O ano de 2001, de baixo crescimento da ocupação, presenciou uma queda de tal forma significativa da taxa de participação que a taxa de desemprego teve uma redução em nada relacionada ao crescimento pífio da demanda por mão-de-obra.

Algumas questões podem ser colocadas à reflexão, a partir dessa visão panorâmica da década de 1990 e anos iniciais da nova década, considerando inclusive os resultados de 2002, comentados anteriormente.

A primeira delas refere-se ao processo de queda estrutural da taxa de participação e, mais especificamente, à existência de um limite ao mesmo. Continuará a crescer entre as novas gerações a parcela daqueles que optam por retardar a busca de uma ocupação? Se houver um limite, qual será ele e em que prazo será atingido? Ainda estamos longe desse momento ou ele está próximo? Se ainda houver espaços para reduções significativas na taxa de participação dos jovens, isso significa que a taxa de desemprego poderá contar com essa válvula de escape, caso a economia continue a ter dificuldades para gerar o volume de empregos requeridos pela pressão demográfica. Caso, porém, já estejamos próximos a esse limite, a única possibilidade de se evitar uma elevação persistente da taxa de desemprego está mesmo no crescimento da demanda por trabalho a taxas compatíveis com os atuais níveis de crescimento da PIA, supondo, desde já, que não se ingresse em um processo oposto de crescimento estrutural da taxa de participação, o que levaria a exigências ainda maiores de geração de empregos.

Uma segunda questão, de natureza mais conjuntural, diz respeito à localização de 2002 no canto superior esquerdo do quadrante B (Gráfico 4), com uma elevada taxa de desemprego e baixa taxa de participação, o que significa dizer que o mercado de trabalho hoje se encontra em uma situação bastante delicada.

Se a economia crescer de forma expressiva e houver uma forte demanda por trabalho, a taxa de participação tenderá a subir (pelas razões já comentadas) e a taxa de desemprego não poderá se beneficiar de forma significativa desse aumento da demanda (a nova posição estaria, assim, ainda no quadrante B, próxima talvez da ocupada pelo ano de 2000). Nesse sentido, seria necessário um processo de crescimento sustentado por alguns anos para que a taxa de participação deixasse de crescer em decorrência desses estímulos conjunturais e o dinamismo da demanda por trabalho passasse a se refletir diretamente na queda da taxa de desemprego. Se, por outro lado, houver dificuldades que impeçam uma geração expressiva de novas oportunidades de trabalho, o baixo patamar em que hoje se encontra a taxa de participação pode significar eventualmente uma resistência a quedas adicionais, o que irá pressionar a taxa de desemprego ainda mais para cima. Nesse sentido, as atuais perspectivas de baixo crescimento da economia, em decorrência das opções de política tomadas para impedir o prosseguimento das pressões inflacionárias ora em curso, não encontram o mercado de trabalho em uma situação confortável, em termos de sua capacidade de evitar que essas dificuldades se transformem em um quadro de crescimento do desemprego aberto.

Quanto às características dos vínculos gerados, o ano de 2002 mostrou um pequeno avanço da formalização do mercado de trabalho, prosseguindo, embora de maneira tímida, a recuperação iniciada ao final de 2000 e que havia tido em 2001 expressivos resultados. De fato, o processo de deterioração verificado na década de 1990, que chegou em determinado momento a ser considerado o principal problema a ser enfrentado no campo das políticas públicas de emprego, demonstrou a partir de 2001 uma inflexão, surpreendendo muitos analistas que atribuíam ao peso dos direitos e encargos trabalhistas na folha de pagamentos das empresas a responsabilidade pelos níveis crescentes de informalidade verificados a cada ano.

Os resultados de 2001 foram de tal forma expressivos que outras explicações precisaram ser encontradas, já que o contexto previdenciário-trabalhista não havia tido nenhuma modificação que justificasse a mudança ocorrida no mercado de trabalho. De fato, naquele ano, o fraco crescimento médio anual da ocupação, da ordem de

0,6%, foi alcançado exclusivamente a partir do emprego com carteira assinada, que cresceu extraordinários 3,7%, uma vez que o assalariamento sem carteira caiu 1,2% e o número de trabalhadores por conta própria diminui cerca de 0,8%! Com isso, o grau de formalização, entendido como a relação entre o número de empregos com carteira e o total da ocupação passou de 0,436 em 2000 para 0,450 em 2001.[2] Esses resultados, após toda uma década de precarização, parecem estar associados ao mesmo fenômeno de mudança do padrão de funcionamento do mercado de trabalho, apontado acima.

Nesse novo padrão de funcionamento, além de se operar com novos parâmetros na relação emprego/produto (maior geração de empregos a um dado crescimento do PIB), o emprego formal teria uma participação maior no crescimento da ocupação, encerrado o ciclo pesado de reestruturação produtiva e adaptação da economia a um maior grau de exposição à concorrência externa. Naturalmente que não se trata de esperar que os resultados de 2001 passem a ser uma norma. Apenas cabe ressaltar o ineditismo do fenômeno e a necessidade de se continuar acompanhando esses indicadores, buscando para o mesmo uma compreensão mais adequada, tanto mais necessária quanto maior for a sua importância nas discussões que irão subsidiar as propostas de revisão da legislação trabalhista.

Em 2002 o emprego com carteira voltou a ter um crescimento expressivo, de cerca de 2%, acima portanto do crescimento total da ocupação. Essa diferença permitiu um ligeiro aumento do grau de formalização, que passou para 0,451. No entanto, entre as relações de trabalho consideradas informais, de acordo com os dados divulgados pela PME, observou-se um crescimento ainda maior do emprego sem carteira (3,6%), ao passo que o número de trabalhadores por conta própria apresentou um declínio de 0,6%, sendo este, portanto, o segundo ano consecutivo em que tal fenômeno ocorre.

No que se refere ao comportamento dos rendimentos médios reais, o ano de 2002 seguiu a tendência de queda que vem ocorrendo todos os anos, desde o teto alcançado em 1997. O valor médio registrado no período janeiro-novembro no conjunto das seis regiões consideradas nesta análise foi de R$ 667,71, a preços de janeiro de 2000, aproximadamente 3,8% inferior ao do mesmo período de 2001.

O decréscimo assinalado ocorreu em todas as regiões. A queda mais acentuada verificou-se na região metropolitana de Porto Alegre (–5,7%), seguida pela região metropolitana de São Paulo, que apresentou uma queda de 3,7%. É interessante notar que a acentuada queda nos rendimentos da região metropolitana de Porto Alegre a fez perder o posto de região com o segundo maior rendimento médio do país para o Rio de Janeiro, posto que mantinha desde 2000.

Um fenômeno que deve ser ressaltado diz respeito ao impacto que as mudanças nas características de escolaridade dos trabalhadores vêm provocando na evolução dos rendimentos médios reais. Considerando os rendimentos reais médios de janeiro a novembro de 2002, comparados aos do mesmo período de 2001, todas as faixas de escolaridade registraram diminuição: de 0 a 4 anos de escolaridade, –5,5%; de 5 a 8 anos, –5,9%; de 9 a 11 anos, –6,7%; e de 12 anos e mais de escolaridade, –5,2%. Como se pode perceber, todas essas variações apresentam magnitudes bem superiores, em termos absolutos, ao decréscimo médio verificado para o conjunto de rendimentos, que, como visto acima, foi de –3,8%.

A explicação para essa aparente inconsistência dos dados está na mudança que está havendo no nível de escolaridade da população ocupada, com o decréscimo acentuado do contingente de trabalhadores de baixa escolaridade e o aumento expressivo verificado na quantidade de pessoas das faixas de maior escolaridade (de 9 a 11 anos e de 12 ou mais anos de estudo). Isso quer dizer que

2. Deve-se ter presente que o grau de informalidade não é o complemento desses valores, tanto pela existência de um contingente de empregadores formais, quanto pela consideração, na PME, dos servidores públicos estatutários entre os trabalhadores sem carteira. Para uma discussão mais aprofundada, ver Ramos, L. A Evolução da Informalidade no Brasil Metropolitano:1991-2001. *Mercado de Trabalho — Conjuntura e Análise*. Ano 7. Julho de 2002. Nº 19. IPEA/MTE.

o forte deslocamento que está ocorrendo na composição educacional da população trabalhadora faz com que a magnitude da queda havida nos rendimentos reais médios, considerando-se o total da população ocupada, não expresse com fidelidade o grau de deterioração dos rendimentos, tal como realmente vivido pelas pessoas.

Em relação à massa salarial houve uma queda de aproximadamente 3% em novembro de 2002 em relação ao mesmo mês de 2001. Já a média de janeiro-novembro apresentou uma redução menor, em relação a 2001, de 2,15%, beneficiada pelo crescimento da ocupação ao longo do ano, que absorveu parte da deterioração havida nos rendimentos médios.

A massa salarial média anual ao longo dos últimos dez anos teve um incremento significativo após a adoção do Plano Real em 1994, registrando aumentos consideráveis em 1995 (de aproximadamente 14%) e 1996 (de 10%). Seu ponto máximo foi atingido em 1997, apresentando a partir daí quedas sucessivas, apenas interrompidas por um aumento de 3,7% ocorrido em 2000, produzido pelo extraordinário aumento da ocupação havido naquele ano. Dessa forma, os valores registrados em 2002 estão em um patamar cerca de 6,2 abaixo daquele máximo alcançado em 1997.

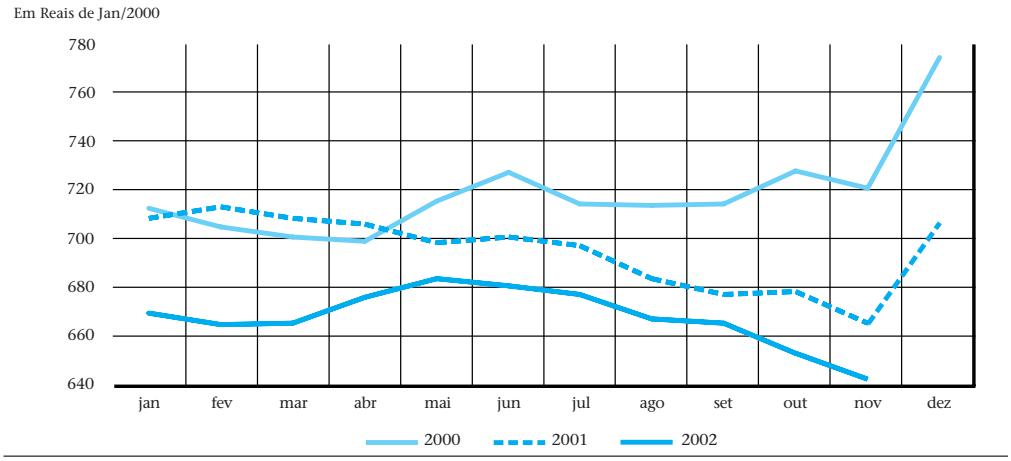



GRÁFICO 5
BRASIL METROPOLITANO - RENDA REAL MÉDIA (PME/IBGE) — 2000-2002